



ATA 2769

1 Aos **vinte e cinco** dias do mês de **junho** de **2018** (dois mil e dezoito), reuniram-se, em caráter
2 **ordinário**, na Sede da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS, à
3 Av. Borges de Medeiros, número dois dois quatro quatro, na sala de reuniões do sexto andar do
4 prédio, nesta capital, às quatorze horas e dezessete minutos, os membros do Conselho Municipal de
5 Desenvolvimento Urbano Ambiental, CMDUA. **Compareceram** à reunião, à **MESA**, presidindo a
6 reunião, **Maurício Fernandes**, Presidente, secretário Municipal do Meio Ambiente e da
7 Sustentabilidade, **José Luiz Fernandes Cogo**, secretário adjunto do Meio Ambiente e da
8 Sustentabilidade, **Luiz Antônio Marques Gomes**, titular da Região de Gestão de Planejamento Seis
9 (RGP 6), e **Aline Brum de Lima**, Secretária Executiva, servidora da SMAMS e relatora dos
10 trabalhos. Representando as **ENTIDADES GOVERNAMENTAIS** compareceram: **José Francisco**
11 **Furtado**; titular do Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB); **Lisiane Sartori Magni**,
12 primeira suplente do DEMHAB; **Carla Monteiro**, primeira suplente da Empresa Pública de
13 Transporte e Circulação (EPTC); **Fernanda Garcia**, titular da Fundação Estadual de Planejamento
14 Metropolitano Regional (Metroplan); **Caciano Ferreira**, primeiro suplente do Gabinete do Prefeito
15 (GP); **Gabriel Dornelles**, primeiro suplente da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da
16 Sustentabilidade (SMAMS); **Denise Calvet**, segunda suplente da Secretaria Municipal do Meio
17 Ambiente e da Sustentabilidade (SMAMS); **João Batista Rodrigues**, titular da Secretaria Municipal
18 de Infraestrutura e Mobilidade Urbana (SMIM); **Simone Madeira**, primeira suplente da Secretaria
19 Municipal de Desenvolvimento Econômico (SMDE); **Cláudia Franciosi**, titular da Secretaria
20 Municipal de Relações Institucionais (SMRI); e **Lívia Salomão Piccinini**, titular da Universidade
21 Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Representando as **ENTIDADES NÃO**
22 **GOVERNAMENTAIS**, compareceram: **Cláudia Laydner**, segunda suplente da Associação
23 Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES); **Claudete Simas**, titular da Acesso
24 Cidadania e Direitos Humanos (Acesso CDH); **Sérgio Saffer**, titular da Associação Riograndense
25 dos Escritórios de Arquitetura (AREA); **Vinícius Vieira**, titular do Conselho de Arquitetura do Rio
26 Grande do Sul (CAU-RS); **Jeanice Ramos**, primeira suplente do CAU-RS; **Rafael Pavan dos**
27 **Passos**, segundo suplente do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-RS); **Hermes Puricelli**, titular do
28 Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul (SAERGS); **Sérgio Brum**, titular do
29 Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul (SENGE/RS); **Geraldo Ozio**, segundo suplente do
30 SENGE/RS; **Rogério Dal Molin**, segundo suplente do Sindicato das Indústrias da Construção Civil
31 (Sinduscon); **Mark Ramos Kuschick**, titular da Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul
32 (SOCECON/RS); e **Sérgio Gonzales**, primeiro suplente da SOCECON/RS. E representando a
33 **COMUNIDADE**, compareceram: **Felisberto Seabra Luisi**, titular da Região de Gestão de
34 Planejamento Um (RGP 1); **José Romari da Fonseca**, primeiro suplente da RGP 1; **Adroaldo**
35 **Venturini Barbosa**, titular da Região de Gestão de Planejamento Dois (RGP 2); **Jackson Santa**
36 **Helena de Castro**, titular da Região de Gestão de Planejamento Três (RGP 3); **Tânia Maria dos**
37 **Santos**, titular da Região de Gestão de Planejamento Quatro (RGP 4); **Simone da Rosa Espíndola**,
38 segunda suplente da RGP 4; **Paulo Jorge Amaral Cardoso**, titular da Região de Gestão de
39 Planejamento Quatro (RGP 5); **Ricardo Angelini**, segundo suplente da RGP 5; **Maristela Maffei**,
40 titular da Região de Gestão de Planejamento Sete (RGP 7); **Jane Brochado**, primeira suplente da
41 RGP 7; **Maria Elisabete Bones**, segunda suplente da RGP 7; **Pedro Sérgio da Silva**, titular da
42 Região de Gestão de Planejamento Oito (RGP 8); **Émerson dos Santos**, titular do Orçamento
43 Participativo, Temática Organização da Cidade, Habitação, Desenvolvimento Urbano Ambiental
44 (OP-OHCDDUA); e **Marília Fidel**, primeira suplente do OP-OHCDDUA. **Item Um. Abertura.**
45 **Presidente Maurício** abriu a sessão às quatorze horas e dezessete minutos e convidou o Conselheiro
46 **Luiz Antônio Marques Gomes**, titular da Região de Gestão de Planejamento Seis (RGP 6), para
47 compor a mesa de trabalhos, pelo fato do conselheiro ter presidido o Conselho durante o ano de 2017,



ATA 2769

1 como uma singela homenagem. **Presidente** deu as boas vindas aos novos conselheiros e informou
2 que essa era uma reunião especial, de posse e início dos trabalhos da nova gestão 2018-2019.
3 Informou que o conselheiro Gomes (RGP 6) foi vice-presidente da última gestão e conduziu,
4 juntamente com o ex-conselheiro José Euclésio (AGADIE), o Conselho no último ano e início de
5 2018. Disse que se o ex-conselheiro José Euclésio estivesse presente, também o convidaria para
6 compor a mesa como forma de reconhecimento aos profissionais que tocaram o Conselho. Presidente
7 fez um agradecimento público e disse que o conselheiro é um ente privado em prol dos interesses
8 públicos e por isso merece o reconhecimento. **Item Dois. Posse da Gestão 2018-2019.** Presidente
9 solicitou à secretária executiva que fizesse a leitura da Portaria de designação dos novos conselheiros.
10 **Secretária Aline** fez a leitura da Portaria 213, de 15 de junho de 2018, que nomeia os conselheiros
11 da gestão 2018-2019. **Presidente** informou que desde o dia 15 de junho de 2018, com a publicação
12 da Portaria, estava oficialmente empossada a nova gestão. **Item Três. Votação da Ata.** Conselheira
13 **Maristela** (RGP 7) solicitou que fosse feita a leitura da ata número dois sete meia oito. **Presidente**
14 solicitou então que a conselheira lesse a ata. Conselheira **Maristela** fez a leitura da ata número dois
15 sete meia oito. A ata da última reunião, número dois sete meia oito, colocada em votação foi
16 aprovada, com quatorze abstenções e os demais votos favoráveis. Conselheiro **Hermes** (SAERGS)
17 fez uma declaração de voto. Explicou que entende a sistemática da reunião, mas a abstenção foi
18 devido a não ter conhecimento dos assuntos expostos na ata. **Ata aprovada. Item Quatro.**
19 **Comunicações. Presidente** solicitou que antes fosse feita uma rodada de apresentação dos novos
20 conselheiros. Conselheiro **Hermes** (SAERGS) informou que é arquiteto e que foi servidor da antiga
21 Secretaria Municipal de Planejamento durante 40 anos. Disse que participou ativamente do Conselho
22 do Plano Diretor há bastante tempo. Conselheira **Maristela** (RGP 7) informou que foi vereadora de
23 Porto Alegre por três mandatos como titular e um como suplente. Disse que fez parte da redação do
24 Plano Diretor de Porto Alegre em 1999. Informou que possui especialização em Gestão Pública e que
25 é um prazer representar a Região de Gestão de Planejamento Sete e contribuir com o
26 desenvolvimento da cidade. Conselheiro **Sérgio Brum** (SENGE-RS) informou que é engenheiro e
27 que possui experiência com as questões do município, especialmente as relacionadas à Secretaria de
28 Planejamento. Conselheiro **Vinícius Vieira** (CAU-RS) registrou a presença da primeira suplente
29 Jeanice Ramos. Informou que no processo eleitoral a conselheira se inscreveu pelo Sindicato dos
30 Jornalistas do Rio Grande do Sul. Citou também o segundo suplente, arquiteto Emílio Merino
31 Dominguez. Conselheiro **Rafael Passos** (IAB-RS) informou que é presidente do IAB-RS e segundo
32 suplente do CMDUA. Informou que a conselheira titular é a arquiteta Clarice de Oliveira e que por
33 questões de debates internos da entidade foi escolhido para fazer a representação nesta data. Citou
34 também a segunda suplente, que é arquiteta também, mas representa o Instituto Translab, que faz a
35 primeira suplência do IAB, dentro da construção que a entidade vem buscando mais ampla de
36 entidades envolvidas no Conselho. Disse que o IAB dá muita importância ao CMDUA. Falou que o
37 IAB é um dos fundadores, mas fez parte do Conselho desde 1955. Disse que a preocupação do IAB
38 com o papel do Conselho é a revisão do Plano Diretor que se avizinha. Conselheira **Lívia** (UFRGS)
39 disse que é professora da universidade e que tem como suplentes as professoras Heleniza Campos e
40 Clarice Maraschin, que não puderam comparecer por estarem em sala de aula no horário da reunião.
41 Conselheira **Cláudia** (ABES) informou que é segunda suplente e o conselheiro Darci Campani é o
42 titular e a conselheira Jussara Kalil primeira suplente. Disse que é arquiteta e sempre atuou na área
43 ambiental. Conselheiro **Paulo Jorge** (RGP 5) citou a presença do segundo suplente, Ricardo
44 Angelini. Disse que está no terceiro mandato como conselheiro do CMDUA, aprendendo com os
45 demais conselheiros. Falou da importância do Conselho para o desenvolvimento da cidade de Porto
46 Alegre. Conselheiro **Emerson** (OP-OHCDUA) citou a presença e passou a palavra para a primeira
47 suplente, conselheira Marília Fidel. Conselheira **Marília** (OP-OHCDUA) desejou um bom trabalho



ATA 2769

1 para todos e disse que é importante estar presente no Conselho a fim de levar para a comunidade as
2 discussões ali abordadas e as decisões que são tomadas. Disse que no Orçamento Participativo são
3 demandadas obras de modificações e melhorias nas regiões e que por isso é muito importante se
4 apropriar das discussões acerca do Plano Diretor. Disse que espera contribuir de alguma forma para
5 as decisões da comunidade. Conselheiro **Felisberto** (RGP 1) citou a presença do primeiro suplente,
6 conselheiro José Romari da Fonseca. Solicitou à secretaria executiva a correção do nome da segunda
7 suplente, Cláucia Faganello. Disse que a participação da RGP 1 no Conselho se dá por várias razões,
8 de um trabalho coletivo de várias pessoas e entidades que insistiram em transformar as discussões do
9 Conselho do Plano Diretor. Falou que as discussões não podem ser somente em função de um
10 projeto, mas em função do planejamento da cidade. Falou da importância da relação e respeito com o
11 Orçamento Participativo, pois uma das tarefas do Conselho é fazer reuniões para planejar e conhecer
12 a cidade. Disse que o Conselho tem que estabelecer uma relação de parceria e respeito às lutas das
13 comunidades. Conselheiro **Adroaldo** (RGP 2) informou que está no segundo mandato como
14 conselheiro do CMDUA. Deu as boas vindas aos novos conselheiros e disse que seu objetivo
15 principal é representar a comunidade e a região, que confiou no seu trabalho. Falou que como
16 conselheiro aproveitará o espaço para trazer os problemas da sua região, mostrando aos demais
17 conselheiros que todas as regiões da cidade têm seus problemas. Falou que todos os outros deveriam
18 fazer o mesmo, pois o Conselho é o local adequado para buscar soluções. Disse que a união de todos
19 os conselheiros é importante para fazer com que Porto Alegre avance em condições melhores.
20 Conselheira **Fernanda** (METROPLAN) informou que é engenheira civil e que é um grande prazer
21 fazer parte do Conselho. Conselheira **Claudete** (Acesso CDH) informou que é advogada. Informou
22 que a Acesso CDH é uma entidade constituída em 1996 e que desde então trabalha com a temática da
23 cidade. Citou a presença do primeiro suplente, Júlio Alt. Conselheiro **Pedro** (RGP 8) informou que é
24 morador da Restinga e que está no Conselho para defender a Restinga e o extremo sul da cidade.
25 Disse que é uma liderança comunitária do bairro e veio para somar e não dividir. Disse que sempre
26 que tiver dúvidas irá perguntar para que as coisas ocorram da melhor forma possível. Conselheiro
27 **Caciano** (GP) informou que é advogado e que atua em órgãos públicos há mais de doze anos. Disse
28 que tem formação em Direito Público. Conselheiro **Mark** (SOCECON-RS) informou que é
29 economista e presidente da entidade. Disse que está no Conselho para somar, assim como todas as
30 entidades da sociedade civil num esforço de construção e continuidade do trabalho de planejamento
31 de Porto Alegre. Citou a presença da segunda suplente Kátia da Costa e passou a palavra para o
32 primeiro suplente, Sérgio Gonzales. Conselheiro **Sérgio** (SOCECON-RS) informou que é economista
33 e já trabalhou na prefeitura. Disse que a entidade está no Conselho muito mais para aprender e para
34 somar, com o propósito de tornar a cidade muito mais democrática, inclusiva e participativa.
35 Conselheira **Tânia** (RGP 4) apresentou o primeiro suplente, Luiz Henrique Vieira, e a segunda
36 suplente, Simone Espíndola. Agradeceu a presença de alguns delegados da região que também
37 estavam presentes. Disse que está no Conselho para trabalhar junto com os demais. Informou que as
38 regiões Leste e Nordeste são bem grandes. Disse que está no Conselho para saber o que será feito
39 pela cidade e não só pelas construtoras. Conselheira **Cláudia** (SMRI) informou que trabalha na
40 Secretaria de Relações Institucionais. Conselheira **Carla** (EPTC) informou que é arquiteta e está à
41 disposição dos conselheiros. Conselheiro **Sérgio** (AREA) informou que é arquiteto e que a entidade
42 está no Conselho para contribuir com as discussões da cidade. Conselheiro **Furtado** (DEMHAB)
43 informou que é biólogo e que atua há muitas décadas no licenciamento ambiental e nos Estudos de
44 Impacto Ambiental. Disse que hoje atua no DEMHAB, chefiando a equipe ambiental do
45 Departamento. Citou a presença da primeira suplente, a arquiteta Lisiane Magni. Disse que estão à
46 disposição da comunidade e do Conselho para juntos trabalharem as soluções para a cidade.
47 Parabenizou os novos conselheiros. Conselheiro **Rogério** (SINDUSCON-RS) informou que é



ATA 2769

1 arquiteto e urbanista formado há 25 anos. Informou que já foi conselheiro da Região de Gestão de
2 Planejamento 1, suplente do arquiteto Samuel Quintana, durante uma gestão. Informou que na gestão
3 seguinte foi conselheiro titular, em 2007 e 2008. Informou que também é corretor de imóveis e então
4 participou do Conselho como suplente, através do Sindicato dos Corretores de Imóveis. Informou que
5 este será o seu quarto mandato como conselheiro e colocou sua experiência a favor do Conselho.
6 Disse que pretende contribuir e parabenizou os novos conselheiros. Disse que todos são pessoas
7 muito qualificadas e estão ali para contribuir com a cidade de Porto Alegre. Conselheiro **Jackson**
8 (RGP 3) informou que é administrador de empresas e administra o complexo logístico do Porto Seco.
9 Informou que representa o Eixo Baltazar e Norte no OP e deu boas vindas aos novos conselheiros.
10 Conselheiro **Gabriel** (SMAMS) informou que é engenheiro e citou a presença da segunda suplente,
11 arquiteta Denise Calvet. Informou que é sua primeira participação no Conselho e parabenizou os
12 novos conselheiros. Conselheira **Simone** (SMDE) informou que é arquiteta e servidora pública, disse
13 que é arquiteta concursada. Conselheiro **João Batista** (SMIM) informou que é engenheiro civil e
14 chefe de gabinete da SMIM. Informou que o seu primeiro suplente é o diretor de Obras Prediais da
15 secretaria, engenheiro civil Alexandre Cavagni, e o segundo suplente é o diretor Administrativo e
16 Financeiro, Richard Dias. Conselheiro **Luiz Gomes** (RGP 6) informou que foi conselheiro na última
17 gestão e que agora foi reeleito para o biênio 2018-2019. Informou que é arquiteto e atua há mais de
18 35 anos na profissão. Disse que foi conselheiro do CMDUA em 1997 e 1998 representando o
19 DEMHAB, quando João Verle era o diretor. Colocou-se à disposição de todos. Conselheira
20 **Maristela** (RGP 7) apresentou a primeira e a segunda suplente, Jane Brochado e Maria Elisabete
21 Bones, respectivamente. Disse que são duas mulheres guerreiras do Partenon que estarão sempre
22 junto. Informou a presença também da Rosi, da temática do OP. Agradeceu todas as lideranças da
23 região. Conselheiro **Hermes** (SAERGS) apresentou o primeiro suplente, arquiteto Miguel Bezerra,
24 que é arquiteto da Caixa Econômica Federal, e o segundo suplente, o arquiteto Éverton Gimenis, que
25 é presidente do Sindicato dos Bancários. **Presidente** lembrou que a secretária executiva fez a leitura
26 da Portaria, mas é mais do que compreensível que sejam feitos os registros, até porque nem sempre o
27 titular vai conseguir estar em todas as reuniões. Informou que esse é um dos poucos conselhos, senão
28 o único, que possui dois suplentes, justamente para garantir que a representatividade da instituição, da
29 Região de Planejamento ou do órgão público, se faça presente, mesmo na ausência do titular.
30 **Presidente** informou como funciona o período de Comunicações. Conselheira **Claudete** (Acesso
31 CDH) solicitou que a mesa se apresentasse. **Presidente** informou que é secretário do Meio Ambiente
32 e da Sustentabilidade do município há um ano. Disse que trabalhou na antiga SMAM durante
33 cinquenta meses, informou que atua com Direito Ambiental e Urbanístico há cerca de vinte anos.
34 Informou que é professor universitário, mestre e especialista em Direito, e disse que seu objetivo é
35 fazer algo não só em prol do município, mas de toda a região metropolitana, do Estado e quem sabe
36 dando exemplos. Disse que é muito comum citar exemplos de fora, como Medellín (Colômbia), que já
37 foi muitas vezes citada. Informou que na última semana teve a oportunidade de participar de um
38 evento de municípios em nível mundial. Disse que participaram tanto a prefeita de Barcelona
39 (Espanha), quanto o secretário do Meio Ambiente de Medellín, Sergio Orozco, que disse que Porto
40 Alegre sempre é citada. **Presidente** disse que Porto Alegre tem uma história e uma representatividade
41 e isso traz responsabilidade, principalmente para este Conselho. Informou que o secretário adjunto,
42 José Luiz Fernandes Cogo, se encontrava em uma reunião, fazendo um atendimento. Secretária
43 executiva, **Aline Brum**, informou que é jornalista, que trabalha na assessoria de comunicação da
44 Smams, antiga Smurb. Disse que é servidora do município desde 2009, quase 10 anos, disse que já
45 passou pela Secretaria da Indústria e Comércio. Informou que atuou durante quase dez anos no
46 movimento sindical. Informou que substituiu a ex-secretária executiva, Ana Paula, durante um
47 período de 2017, e então já conhece um pouco alguns conselheiros e o funcionamento do Conselho.



ATA 2769

1 Disse que está no Conselho para contribuir e ajudar a todos e espera também aprender com todos os
2 conselheiros. Solicitou que os conselheiros das regiões permanecessem na sala ao término da reunião
3 para que pudesse explicar sobre o funcionamento das reuniões dos Fóruns nas comunidades.
4 Conselheiro **Rafael** (IAB) registrou as presenças de entidades que participaram do processo eleitoral,
5 a Guayí – Democracia, Participação e Solidariedade e o Instituto Brasileiro de Arquitetos e Perícias
6 (IBAPE). Fez a leitura de nota a respeito do Decreto e Portaria publicados pelo executivo. **“NOTA**
7 *Ao Prefeito Municipal de Porto Alegre, Imo. Nelson Marchezan Junior, Ao Secretário Municipal da*
8 *SMAMS, Ilmo. Maurício Fernandes. Fomos surpreendidos pela publicação do Decreto 20.013 de*
9 *2018, no dia 18 do mês corrente, o qual determina significativas alterações na organização e*
10 *estrutura do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental, o CMDUA. As*
11 *modificações comprometem a autonomia do Conselho e a própria democratização do acesso dos*
12 *representantes da sociedade civil às sessões. A própria oportunidade de alteração do Decreto no*
13 *período de vacância do Conselho é por si um ato que afeta o princípio da colegialidade na*
14 *determinação das regras de seu funcionamento, em que pese a prerrogativa do Executivo Municipal*
15 *ante o ato administrativo em tela. Sem prejuízo de questionamento a outras alterações contidas no*
16 *Decreto, manifestamos nossa contrariedade aos seguintes dispositivos: Quanto ao Artigo 5º, que*
17 *trata da composição do CMDUA: a alteração determinada no inciso IV, que autoriza o Titular da*
18 *SMAMS, ao qual é atribuída a qualidade de Presidente do Conselho, a “delegar sua representação”*
19 *infringe o previsto na Lei Complementar 434/99 e alterações posteriores, em seu Art. 40, que trata*
20 *do mesmo tema. Tal alteração, através de Decreto, ato infralegal, configura uma medida que*
21 *contraria o texto da Lei, extrapolando o que por ela é estabelecido. Referente ao Artigo 9º, o qual*
22 *trata da frequência e horário das reuniões ordinárias, bem como da competência de eventual*
23 *convocação de sessões extraordinárias, há diferentes aspectos a considerar: A determinação de*
24 *horário das reuniões é incompatível com a melhor democratização do acesso às sessões por parte de*
25 *conselheiros representantes da sociedade civil, posto que estes exercem funções profissionais no*
26 *período proposto, sendo, portanto incompatível com a importância do CMDUA e da participação*
27 *social imprescindível para sua melhor realização. Além disso, a determinação de horário de sessões*
28 *através de Decreto, salvo melhor juízo, ultrapassa a prerrogativa da qualidade do Ato. Tal regra é*
29 *melhor determinada por Ato como um Regimento Interno. A definição estabelecida no Decreto*
30 *quanto à frequência das sessões ordinárias de semanais, conforme Decreto 16.836/10, para*
31 *quinzenais, é inadequada e inoportuna, posto que este Conselho deve avançar no cumprimento de*
32 *suas atribuições para além do papel estrito que vinha exercendo de mero apreciador de Processos*
33 *Administrativos de Licenciamento, ou outros. Mais inoportuno ainda ante a eminência de um*
34 *processo de Revisão do Plano Diretor que já deveria ter sido iniciado, ante o qual este Conselho*
35 *sempre teve importante e decisiva atuação. A exclusão da prerrogativa dos membros do CMDUA de*
36 *convocação de sessões extraordinárias rompe a autonomia e o próprio princípio da colegialidade,*
37 *sobretudo quando tal supressão restringe ao titular da SMAMS, portanto ao Executivo, na qualidade*
38 *de Presidente do Conselho, tal prerrogativa. Já o Artigo 12 do Decreto, que retira a prerrogativa do*
39 *Conselho de alterar seu Regimento nos primeiros 30 dias a contar da instalação do novo mandato, e*
40 *restringe ao Presidente (portanto ao Executivo) a iniciativa de propor a oportunidade de alteração*
41 *do Regimento, infringe o disposto na Lei Complementar 661 de 2010. O Artigo 3º deste L.C.*
42 *determina que a elaboração do Regimento Interno compõe “competência geral” do Conselho. Logo,*
43 *a restrição de tal iniciativa ao membro do Executivo, salvo melhor juízo, é ilegal. Quanto ao quórum*
44 *determinado pelo Artigo 12 do Decreto, é flagrante a incompatibilidade com o disposto no Artigo*
45 *10º da LC 661/10, o qual determina que o Regimento deve ser aprovado por maioria absoluta. Por*
46 *fim, é incompreensível que, após o prejuízo deste novo mandato dado pela prorrogação em 6 meses*
47 *no processo eleitoral até a nomeação e posse, a Portaria 213/18, a qual nomeia os Conselheiros*



ATA 2769

1 para o biênio 2018/2019, estabeleça uma duração de 18 meses para este mandato. Tal determinação
2 fere o caput do Artigo 40, o qual determina renovação bienal deste Conselho. Considerando todo o
3 exposto acima, os(as) conselheiros(as) do CMDUA Biênio 2018/2019 e as entidades que subscrevem
4 esta Nota, manifestam sua contrariedade a tais determinações, e reivindicam a revogação do
5 Decreto e seus efeitos, bem como a publicação imediata de nova Portaria estabelecendo um mandato
6 de 24 meses a contar do dia da posse da nova gestão deste Conselho. Porto Alegre, 25 de junho de
7 2018. Cordialmente, Conselheiros das Regiões de Planejamento, Conselheiros pelo Orçamento
8 Participativo Temática HOCDUA, Entidades: ACESSO CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS,
9 ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL RS – ABES/RS,
10 ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA PINTO, ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS
11 BRASILEIRO, CENTRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, CONSELHO DE ARQUITETURA E
12 URBANISMO DO RS – CAU/RS, FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ARQUITETOS E URBANISTAS,
13 GUAYÍ – DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E SOLIDARIEDADE, INSTITUTO DE ARQUITETOS
14 DO BRASIL – DEPARTAMENTO RS – IAB RS, INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO
15 URBANÍSTICO, NÚCLEO AMIGOS DA TERRA BRASIL, OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES
16 NÚCLEO PORTO ALEGRE, SINDICATO DE ARQUITETOS NO ESTADO DO RS – SAERGS,
17 SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO RS – SINDECON/RS, SOCIEDADE DE ECONOMIA DO RS
18 – SOCECON/RS, TRANSLAB”. Conselheiro **Hermes** (SAERGS) reforçou a nota lida pelo
19 conselheiro do IAB e disse que o SAERGS também assinou o documento. Disse que é um
20 constrangimento os novos conselheiros assumirem um mandato face aos recentes acontecimentos e
21 no prolongamento da gestão anterior sem nenhum motivo palpável para ter sido prolongado. Disse
22 que o prolongamento acarretou na cassação de seis meses do mandato da nova gestão, o que é
23 inconcebível. Disse que é inaceitável que um prefeito inicie um processo que é de participação efetiva
24 e de colaboração das entidades e da sociedade, já comece propondo um conflito. Disse que é
25 inconcebível também, além da cassação do mandato, o novo decreto falando da delegação de
26 representatividade. Disse que se há um processo eleitoral, no qual são eleitos os primeiros e segundos
27 suplentes, como se pode delegar a alguém a suplência. Disse que seria semelhante elegermos o
28 presidente da República e seu vice-presidente e o presidente delegar ao seu primo, ao seu tio, seja lá
29 quem for, e simplesmente delegar. Disse que é completamente intolerável uma situação dessas. Disse
30 que vê um certo conflito com as entidades representativas. Disse que quando o prefeito de Bogotá se
31 refere à prefeitura de Porto Alegre, diz que é um processo que foi construído com muita luta. Disse
32 que já há um conflito no início do processo, que os conselheiros estão tomando posse já com o
33 mandato cassado e sem o direito de avaliar o regimento interno. Conselheiro **Paulo Jorge** (RGP 5)
34 disse que é um prazer ter a presença do secretário no comando do Conselho, pois muitas vezes é
35 necessária uma decisão política do secretário para o bom andamento dos processos. Disse que está
36 preocupado com o novo decreto, o qual não passou pela avaliação dos conselheiros. Disse que os
37 conselheiros das comunidades trabalham e que as empresas não liberam para a participação em um
38 conselho no período da tarde. Pediu que o presidente revisasse tal decisão. Disse que a realização de
39 reuniões quinzenais irá atrasar toda a tramitação de processos. Conselheiro **Felisberto** (RGP 1) disse
40 que acha estranho o governo ter cassado seis meses do novo Conselho sem uma mera discussão com
41 os conselheiros eleitos, que muitas vezes pediram para tomar posse. Disse que entende as
42 dificuldades da prefeitura com a nova estrutura administrativa, mas que não é motivo para não se
43 construir coletivamente. Disse que Porto Alegre é conhecida mundialmente por discutir os seus
44 problemas. Disse que agora será lançado em Portugal o livro “A Esperança Democrática”, baseado na
45 experiência de Porto Alegre. Disse que é importante ter consciência do papel de Porto Alegre na
46 democracia participativa do mundo. Ninguém virá a Porto Alegre por outras razões a não ser pela



ATA 2769

1 democracia participativa que foi construída com muita luta e muito debate. Disse que não se sente à
2 vontade para discutir uma pauta apresentada que deveria ter sido aprovada na outra gestão. Disse que
3 entende que a pauta deva ser direcionada para uma nova análise. Disse que entende que os novos
4 conselheiros não tiveram a oportunidade de avaliar e de analisar os processos. Disse que espera que o
5 Conselho tenha o olhar sobre os problemas da cidade, como as Ocupações. Conselheiro **Adroaldo**
6 (RGP 2) desejou um bom trabalho para a secretária executiva, Aline, e para a estagiária, Ketlin.
7 Disse que não poderia deixar de registrar a sua também inconformidade com o decreto. Disse que os
8 conselheiros precisam ter a responsabilidade de trazer as questões da comunidade para o Conselho.
9 Informou que a prefeitura aceitou a redução das compensações em torno da Arena do Grêmio para
10 receber menos obras, sem consultar a comunidade. Disse que o assunto deve ser discutido por todo o
11 Conselho e toda a sociedade. Disse que a publicação do decreto foi um ato autoritário, após o
12 resultado das Eleições. Disse que mais grave ainda é esta gestão durar dezoito meses. Conselheiro
13 **Gomes** (RGP 6) disse que o conselheiro Rafael (IAB) fez a leitura da nota, mas não teve tempo de
14 fazer a defesa da mesma e ofereceu o seu tempo para o conselheiro Rafael fazer a defesa. Conselheiro
15 **Rafael** (IAB) informou que foi realizada uma reunião entre os conselheiros eleitos, mas foram
16 representadas na nota entidades que estão debatendo a questão do Conselho, seja nas regiões, seja em
17 ter participado do processo eleitoral, devido à insatisfação e com a preocupação com a redução da
18 autonomia, justamente no período da vacância. Disse que houve o cancelamento de uma primeira
19 posse, após se adiou mais de vinte dias e dez dias após a previsão da posse, foi publicado o Decreto,
20 além da questão da redução de seis meses no mandato. Informou que a nota foi uma primeira medida
21 amigável e administrativa, mas acredita que se possa resolver a questão respeitosamente dentro da
22 soberania do Conselho. Disse que o Conselho sempre teve um papel e uma autonomia importante.
23 Conselheiro **Gomes** (RGP 6) disse que achou necessário este esclarecimento. Disse que a nota pontua
24 alguns pontos fundamentais sobre a resposta que querem os conselheiros, especialmente sobre o
25 horário do Conselho. Disse que tirando os representantes do governo, ninguém está satisfeito com o
26 novo horário, e que todos querem que se volte a trabalhar à noite. Disse que gostaria que fosse
27 informado também sobre a delegação do presidente, se é uma delegação temporária, ou se é uma
28 delegação com a característica de vice e como ficariam as suplências que são reguladas no Regimento
29 Interno. Disse que têm uma série de questões que precisam ficar claras. Disse que está disposto a
30 fazer a discussão com o governo do por que das mudanças propostas no Decreto. Conselheiro **Sérgio**
31 (AREA) disse que ficou surpreso e que foi realizada uma reunião na terça-feira da semana anterior.
32 Disse que os conselheiros participaram de um processo eleitoral sabendo que as reuniões eram
33 realizadas nas terças-feiras, às 18h. Disse que a mudança de horário torna inviável a participação de
34 todos. Disse que a nota foi colocada para que as alterações sejam debatidas com todo o Conselho.
35 Disse que os conselheiros imaginavam que o novo decreto seria uma adaptação aos nomes das
36 secretarias devido à reforma administrativa do governo. Solicitou que o presidente manifestasse sua
37 posição acerca das mudanças propostas no decreto. Conselheiro **Émerson** (OP-OHCDUA) disse que
38 o decreto foi um ato infeliz do governo. Disse que não houve uma discussão, nem com a gestão
39 passada, muito menos com a nova gestão. Disse que o OP esteve na reunião na terça-feira passada e
40 contribuiu para a elaboração da nota, e não foi citado na assinatura da nota, enquanto outras tantas
41 entidades que nem são membros do Conselho se fazem presente na assinatura. Solicitou que fosse
42 feita a reconsideração. Informou aos novos conselheiros que a gestão passada teve papel importante e
43 abriu muitas frentes sobre o debate de assuntos que ainda não haviam sido discutidos. Disse que
44 houve muitos embates sobre a forma de condução do Conselho e a forma de construção de políticas
45 para a cidade. Disse quem pode melhor explicar as mudanças previstas no decreto é o secretário que
46 acompanhou a elaboração do documento. Conselheiro **Sérgio** (AREA) disse que a sua entidade
47 concorda com todos os itens expostos na nota, mas não iria assinar o documento, porque foi



ATA 2769

1 combinado que quem assinaria seriam os conselheiros eleitos e não as demais entidades que
2 assinaram a nota. Conselheiro **Vinicius** (CAU-RS) disse que além da questão do horário de
3 realização das reuniões, outro ponto bastante importante é a questão da delegação da representação do
4 presidente. Disse que a Portaria que se refere ao prazo de duração do Conselho também deve ser
5 avaliada. Conselheiro **Jackson** (RGP 3) disse que a questão do horário é muito complicada,
6 principalmente para os conselheiros das comunidades. **Presidente** informou que o Decreto não é de
7 responsabilidade exclusiva do prefeito. Informou que foi a Smams que propôs o decreto, visando
8 única e exclusivamente otimizar os trabalhos. Disse que a secretaria entende que uma reunião
9 semanal de duas horas é menos produtiva que uma reunião quinzenal de quatro horas. Disse que
10 parece o mesmo tempo de dedicação, mas efetivamente a secretaria entende que é mais produtivo.
11 Disse que já teve a oportunidade de esclarecer para alguns conselheiros e que de forma alguma o
12 objetivo é causar dificuldade na participação. Disse que a única questão é que seja um Conselho
13 atuante. Disse que a regra absoluta dos Conselhos de que tem conhecimento neste município funciona
14 de dia. Informou que o CMDUA era o único que funcionava à noite. Disse que não estava dizendo
15 que o CMDUA não tivesse as suas particularidades, mas que era uma questão de otimização. Disse
16 que na Secretaria de Educação, por exemplo, onde todas as quintas-feiras os alunos eram liberados
17 após o intervalo, foi modificada a regra e hoje todos os alunos da rede municipal tem trinta por cento
18 a mais de aula. Disse que o que cada secretário desse governo pauta é efetivamente devido a
19 otimização dos trabalhos, para que seja mais produtivo. Disse que não estava querendo afirmar que
20 não é produtivo, mas que o governo entende que manter o Conselho no período noturno para algumas
21 pessoas pode ser bom, mas para outras não, e nunca haverá unanimidade. Disse que em termos de
22 despesas e custos, evidentemente, o período da noite sempre terá mais despesas. Informou que a
23 secretaria iria analisar o pedido dos conselheiros e dar uma resposta formal ao Conselho. Disse que se
24 for o caso de aprimorar juntos e aperfeiçoar, será feito o debate, pois não é o objetivo do governo
25 causar problemas e nenhuma situação de conflito. Disse que o que o governo quer é um Conselho que
26 tenha os seus trabalhos de uma forma boa e à altura do que representa. Sobre a colocação do
27 conselheiro Felisberto (RGP 1) de refazer a pauta, disse que entende a posição do conselheiro, mas é
28 inevitável que o Conselho não tenha continuidade, pois os processos que estão prontos para deliberar
29 teriam que voltar à estaca zero, o que não é produtivo. Disse que entende os argumentos, mas que é
30 necessário que haja uma compreensão e respeitar o que foi feito no mandato passado. Informou que
31 os processos não podem zerar a cada nova gestão. Sugeriu que em respeito ao que o mandato passado
32 fez, os processos sejam analisados no estado em que se encontram, pois a troca do mandato não tem a
33 função de anular atos. Sobre a Arena do Grêmio, disse que o problema ali foi a Lava Jato, a
34 corrupção, e aquele empreendimento não segue a regra normal. Disse que aquela região era para estar
35 muito melhor do que está, mas pelo que aconteceu no país não está, e quem sofre é a população.
36 Disse que a prefeitura não irá se furtar de esclarecer todos os pontos. Disse que esta questão é
37 conduzida pela Procuradoria Geral do Município, justamente por não ser um caso de mera
38 deliberação administrativa e sim um caso de processo judicial. Disse que há vários processos judiciais
39 sobre o tema e que é algo que, com muito zelo e transparência, dever vir ao Conselho. Conselheiro
40 **Paulo Jorge** (RGP 5) disse que os processos ficam quinze dias para avaliação da relatoria e que com
41 a realização de reuniões apenas quinzenalmente haverá uma grande confusão e demora para análise
42 de processos. Disse também que os conselheiros trabalham e precisam deixar suas atividades para
43 participar de reuniões no período da tarde. Disse que durante as Eleições do Conselho não se discutiu
44 a mudança da periodicidade das reuniões, nem do horário. Solicitou que o secretário avaliasse estas
45 mudanças com carinho, pois as regras foram mudadas após o final do jogo. **Presidente** solicitou ao
46 conselheiro Rafael (IAB) o envio da nota por e-mail para a secretaria executiva e se comprometeu em
47 colocar o assunto em pauta. Conselheiro **Sérgio** (AREA) perguntou se os conselheiros que têm



ATA 2769

1 dificuldades em comparecer às reuniões no período da tarde poderiam levantar as mãos para se
2 manifestar. **Presidente** disse que o assunto seria pautado no momento oportuno. Conselheiro **João**
3 **Batista** (SMIM) se manifestou em relação às contrapartidas da OAS em torno da Arena do Grêmio.
4 Disse que o que ocorreu foi que haviam sido projetados vários empreendimentos pela empresa e os
5 empreendimentos deixaram de acontecer. Disse que haveria um acerto comercial e que não se
6 recordava de memória todos os empreendimentos, mas disse que poderia afirmar em relação à
7 construção de um centro comercial, algumas lojas que seriam ali colocadas, mas que estes
8 empreendimentos não foram realizados e foram abortados pela empresa. Disse que como os
9 empreendimentos foram abortados, ela se sentiu no direito de também diminuir a contrapartida que o
10 município tinha exigido no primeiro termo de compromisso assinado. Disse que a empresa, se
11 sentindo neste direito, procurou o Ministério Público que determinou então que a prefeitura fizesse a
12 adequação da contrapartida levando em conta os empreendimentos que não foram e não serão
13 executados naquela área. Disse que por isso que foi feito então um novo acordo junto à Procuradoria
14 Geral do Município (PGM) e era por isso que o secretário Maurício havia falado que quem tinha
15 conduzido o processo tinha sido a PGM. Disse que estava falando porque havia participado do
16 processo, representando a SMIM. Informou que através da PGM foi feita esta adequação de um novo
17 termo de compromisso no qual foram diminuídas as contrapartidas que deveriam ter sido prestadas
18 pela então OAS que agora está sendo representada por uma outra empresa chamada Karagounis,, que
19 ficou encarregada de executar as contrapartidas que estavam previstas lá atrás. Disse que foi feito um
20 novo termo de compromisso que ainda não está devidamente assinado pelo Ministério Público, mas
21 que deverá assinar o documento após a manifestação da prefeitura municipal através da PGM.
22 **Presidente** informou que estava encerrado o período de Comunicações e disse que era necessário
23 avançar para a Ordem do Dia. Conselheiro **Pedro** (RGP 8) disse que como o decreto havia partido da
24 Secretaria do Meio Ambiente e da Sustentabilidade, perguntou se poderiam tomar uma decisão acerca
25 da mudança de horário, já que a maioria do Conselho se mostrava contrária. Perguntou se poderiam já
26 decidir ali acerca do funcionamento do Conselho. **Presidente** disse que não dava e que o assunto
27 seria analisado pela Smams e pela PGM. Disse que não havia problema algum em revisar o decreto,
28 caso fosse necessário, mas disse que não competia a ele e já não estava mais no âmbito da secretaria e
29 então não cabia nenhuma decisão naquele momento. Conselheiro **Rafael** (IAB) disse que não havia
30 recebido esclarecimento acerca de dois pontos que para uma parte das entidades não-governamentais
31 seriam tão importantes quanto o horário das reuniões, pois afetam a autonomia do Conselho. Disse
32 que o Conselho desde 1971 tem autonomia para alterar seu Regimento Interno nos primeiros trinta
33 dias de instalação de uma nova gestão. Disse que era a primeira vez em quase cinquenta anos que isso
34 ocorria, o que era descabido. Disse que seria acabar com a autonomia de uma forma que ele nunca
35 tinha visto o Conselho passar. Disse que não se sentia contemplado, após um processo eleitoral que
36 demorou seis meses para ocorrer, em ter um decreto colocado ao apagar das luzes. Disse que as
37 entidades iriam questionar não só o decreto, mas a portaria. Disse que iriam questionar todos os
38 processos administrativos que passaram no Conselho nos últimos seis meses. Disse que não é por
39 portaria que se estende uma gestão. Disse que não encontrou no Regimento Interno nenhuma
40 informação que diga que não podem se fazer novas inscrições após o término do período de
41 Comunicações. Disse que também foi apresentada uma pauta com processos que deveriam ter sido
42 analisados pela gestão passada. Falou que enquanto não houver um debate sério sobre a questão do
43 decreto, os novos conselheiros não se sentirão confortáveis em avançar na pauta. Conselheiro
44 Felisberto (RGP 1) disse que não se sente adequado para analisar processos dos quais não tem
45 conhecimento. Conselheira **Lívia** (UFRGS) disse que a universidade tem sido absolutamente parceira
46 do Conselho e dos conselheiros. Disse que a universidade está agora realizando um trabalho enorme
47 que é o Curso de Planejamento Urbano Regional que busca auxiliar e formar os conselheiros para a



ATA 2769

1 capacitação acerca do Plano Diretor. Disse que está sendo feito um trabalho de seis meses que vai
2 durar mais seis meses. Disse que a universidade tem uma posição de parceria absoluta com o
3 Conselho do Plano Diretor desta cidade. Disse que realmente esta determinação dos novos horários,
4 assim como a alteração da frequência das reuniões, assim como a exclusão da prerrogativa dos
5 membros para a convocação de sessões extraordinárias, bem como a alteração do artigo doze do
6 decreto, que retira a prerrogativa do Conselho de alterar o Regimento Interno nos primeiros dias a
7 contar da instalação do novo mandato, é inadequada. Disse que gostaria muito, e acreditava que os
8 presentes na reunião também, que se tivesse um pouco mais de tempo para se discutir estas questões
9 naquela reunião. Disse que achava importante, pois era a data da posse. Disse que não teve tempo de
10 discutir com os conselheiros presentes, mas que seria uma demonstração de boa vontade para com o
11 novo Conselho. Disse que seria interessante que esta discussão que estava sendo insistentemente
12 colocada, tivesse uma receptividade maior e que fosse discutida pelo Conselho. Disse que não
13 entendia porque era tão difícil estender a discussão naquele momento. Disse que teriam muitos
14 esclarecimentos e contentamento aos presentes. Em relação à pauta, disse que achava que não
15 deveriam ser discutidas as questões que já haviam sido avaliadas e anteriormente votadas. Chamou a
16 atenção para o fato de um expediente, do qual ela havia sido relatora, e que foi para diligências, não
17 estar presente na pauta, que era um processo da Fraport e que deveria voltar para a pauta. Conselheiro
18 **Émerson** (OP-OHCDUA) registrou que estava se retirando da reunião por haver outro compromisso.
19 **Presidente** informou que as razões já haviam sido colocadas e que a presidência do Conselho iria
20 receber as razões e analisar. Disse que não cabia àquele momento a decisão de se alterar um decreto
21 que envolvia a PGM e o Gabinete do Prefeito. Disse que todos os registros haviam sido feitos e
22 seriam avaliados e formalmente pautados. Disse que esta era uma responsabilidade assumida por ele.
23 Conselheiro **Paulo Jorge** (RGP 5) informou que estava se retirando e que o seu suplente estaria
24 assumindo o seu lugar. Conselheira **Maristela** (RGP 7) informou que o Sinduscon e o OP estavam
25 se retirando e disse que não era compreensível que os demais permanecessem. Disse que se havia
26 uma exigência de que todos permanecessem já que havia questões relevantes a serem discutidas, qual
27 seria a relevância da permanência dos demais. **Presidente** informou que havia a necessidade de
28 quórum. Disse que a sequencia normal da reunião seria entrar na Ordem do Dia. Conselheiro **Rafael**
29 (IAB) disse que era uma questão de falta de prioridade e de pauta. Disse que os conselheiros não
30 queriam discutir a pauta proposta e sim uma pauta que não estava sendo respeitada. Disse que o
31 espírito do Regimento do Conselho é que ele inicie os seus trabalhos tratando do seu funcionamento.
32 Disse que não se sentiu devidamente esclarecido sobre pontos que foram apontados no documento.
33 Disse que o secretário afirmou que o decreto foi de autoria da Smams, mas não foram devidamente
34 esclarecidos. Disse que se a secretaria não conseguia esclarecer pontualmente os motivos de alteração
35 do decreto, e precisava de tempo para responder, não conseguia entender os motivos. Conselheiro
36 **Felisberto** (RGP 1) informou que estava se retirando como forma de protesto. **Presidente** informou
37 que os conselheiros têm a responsabilidade de desenvolver as suas prerrogativas e a secretaria não iria
38 se furtar de pautar novamente o assunto. Disse que não havia nenhum problema nisso e que não era
39 para haver nenhuma preocupação neste sentido. Conselheiro **Hermes** (SAERGS) disse que quando
40 fez a sua fala tentou se fazer entender que a questão que estava sendo colocada em pauta era o início
41 de um processo. Disse que os conselheiros ficariam ali durante dezoito meses e que era impossível,
42 que o secretário mesmo havia afirmado que quando se vai para Bogotá o prefeito elogia Porto Alegre.
43 Disse que Porto Alegre se caracterizou e ganhou destaque exatamente porque o conjunto das
44 entidades e da comunidade conseguiu implementar uma política de conversa. Disse que o Conselho é
45 político e não técnico e não era assim que se fazia política. Pediu desculpas ao secretário, mas disse
46 que estava errado. Disse que o que o Conselheiro João Batista (Smim) falou sobre a Arena do Grêmio
47 era uma bobagem. Disse que a contrapartida é um monte de índice que o empreendedor ganhou.



ATA 2769

1 Disse que não se tratava de contrapartida. **Presidente** afirmou que o conselheiro Hermes estava
2 ofendendo o outro conselheiro e pediu respeito. Conselheira **Tânia** (RGP 4) informou que estava se
3 retirando em solidariedade a tudo o que foi falado. Conselheiro **Jackson** (RGP 3) pediu licença para
4 se retirar pois estava em horário de trabalho. Conselheiro **Sérgio** (AREA) sugeriu que todos os
5 assuntos abordados fossem discutidos na próxima reunião. Conselheira **Claudete** (Acesso CDH)
6 disse que era a primeira vez que a sua entidade participava do Conselho e dada a situação, se sentia
7 constrangida em participar sem entender a pauta, nem como funciona esta pauta. Disse que viu que
8 havia uma discussão sobre o regimento e que imaginou que num primeiro momento e que numa
9 acolhida aos novos conselheiros, achou que no mínimo se conversaria como funciona o Conselho.
10 Disse que a sua entidade estava se retirando, pois não tinha como permanecer, nem fazer o
11 acompanhamento de uma pauta sem saber como funciona. Disse que havia uma questão muito
12 pendente e crucial que era a questão de legalidade e de regimento que estavam sendo colocadas.
13 **Presidente** informou sobre a situação dos processos que estavam na Pauta. Conselheiro **Adroaldo**
14 (RGP 2) informou que estava se retirando em solidariedade aos demais conselheiros. Conselheiro
15 **Mark** (Socecon) informou que também estava se retirando. Conselheiro **Gomes** (RGP 6) solicitou a
16 verificação de quórum. **Presidente** solicitou a verificação de quórum. Não havendo quórum
17 suficiente, o Presidente encerrou a reunião e afirmou que o Conselho tem uma responsabilidade
18 muito grande com a cidade, o que não significa que as vontades sejam cumpridas, o que significa que
19 não é a vontade de um conselheiro que irá prevalecer. Disse que todas as agendas que forem trazidas,
20 inclusive de revisão do decreto, seriam revisadas pela presidência, mas que até o momento que se
21 revise, por ato legal o decreto permanece em vigor. Disse que o bom andamento de qualquer
22 conselho da cidade depende da responsabilidade de seus conselheiros para com o interesse público.
23 **Item Cinco. Término.** Finalizadas as manifestações e não havendo quórum, às dezesseis horas e
24 trinta minutos, foram encerrados os trabalhos do dia do CMDUA. Eu, **Aline Brum de Lima**,
25 Secretária Executiva e relatora, juntamente com o presidente da sessão, **Maurício Fernandes**, assino
26 e lavro a presente ata.

27
28

29 **Retificações solicitadas pelo conselheiro Rafael Passos (IAB):**

30

31 **Página 9, linha 36, onde se diz "ao apagar das luzes", disse que o que de fato questionou foi o fato do**
32 **Decreto ter sido publicado no período de vacância do CMDUA, entre o fim da gestão anterior e a**
33 **posse da atual.**

34

35 **Solicitou o registro da retirada do IAB da reunião.**

36

37

38

39

40 _____
41 **Aline Brum de Lima**
42 Secretária Executiva
43 Relatora

40 _____
41 **Maurício Fernandes**
42 Presidente

43

44

45 **Ata aprovada na sessão do dia 10/07/2018, com retificações.**

46

47 **O áudio da sessão encontra disponível na Secretaria Executiva do CMDUA.**